SPE INOVA BH S.A. - CNPJ: 16.543.194/0001-01

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.329	7.623
Fundo restrito	6	5.315	5.225
Ativo financeiro da concessão	7	30.994	30.985
Impostos a recuperar	8	2.193	3.078
Outros ativos		2.266	1.571
		57.097	**48.482**
Não circulante			
Ativo financeiro da concessão	7	125.399	184.593
Impostos a recuperar	8	14.148	15.574
Outros ativos		112	62
Direito de uso		-	33
Imobilizado		276	134
		139.935	**200.396**
Total do ativo		**197.032**	**248.878**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2022	2021
Circulante			
Financiamentos	9	13.925	13.265
Fornecedores e outras contas a pagar.	10	1.768	1.397
Obrigações sociais e trabalhistas		3.926	2.928
Impostos, taxas e contribuições	11	613	598
Imposto de Renda e Contribuição Social		1.476	1.958
Dividendos a pagar		4.489	4.118
Arrendamentos		-	35
		26.197	**24.299**
Não circulante			
Financiamentos	9	29.010	40.901
Impostos, taxas e contribuições	11	16.057	11.979
Tributos sobre contraprestação	12(a)	21.376	29.797
Tributos diferidos	12(b)	39.766	39.516
Arrendamentos		-	-
		106.209	**122.193**
Patrimônio líquido			
Capital Social	15 (a)	35.691	35.691
Reservas de lucros	15 (b)	28.935	66.695
		64.626	**102.386**
Total do passivo e patrimônio liquido		**197.032**	**248.878**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Reserva especial	Reserva de lucros: Reserva de lucros a realizar	Lucros líquidos/ (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado	**35.691**	**5.948**	**10.036**	**57.940**	**-**	**109.615**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	17.338	17.338
Constituição do dividendo mínimo obrigatório.	-	-	-	-	(4.118)	(4.118)
Consituição de reservas	-	867	-	12.353	(13.220)	-
Distribuição de dividendos (Nota 15b (ii))	-	-	(10.000)	(10.449)	-	(20.449)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**35.691**	**6.815**	**36**	**59.844**	**-**	**102.386**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	18.278	18.278
Constituição do dividendo mínimo obrigatório.	-	-	-	-	(4.489)	(4.489)
Consituição de reservas	-	322	-	13.467	(13.789)	-
Distribuição de dividendos (Nota 15b (ii))	-	-	-	(51.549)	-	(51.549)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**35.691**	**7.137**	**36**	**21.762**	**-**	**64.626**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receitas líquidas	**16**	**65.982**	**60.596**
Custos dos serviços prestados	17	(25.916)	(21.771)
Lucro bruto		**40.066**	**38.825**
Despesas			
Gerais e administrativas	18	(10.507)	(8.531)
Outras (despesas)/receitas líquidas		(886)	23
		(11.393)	**(8.508)**
Lucro antes do resultado financeiro		**28.673**	**30.317**
Receitas financeiras	19	3.634	384
Despesas financeiras-	19	(4.826)	(4.683)
Resultado financeiro, líquido		**(1.192)**	**(4.299)**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**27.481**	**26.018**
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido	12 (c)	(9.203)	(8.680)
Resultado líquido do período		**18.278**	**17.338**
Número de ações		29.775	29.775
Lucro líquido por ações – R$	**20**	**0,61**	**0,58**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do período	**18.278**	**17.338**
Total do resultado abrangente	**18.278**	**17.338**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**27.481**	**26.018**
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	18	78	472
Atualização do ativo financeiro	16	(24.328)	(17.053)
Tributos sobre atualização do ativo financeiro		3.466	2.430
Perda na alienação de ativo imobilizado		0	-
Juros e variações monetárias, líquidas	19	4.535	4.435
		11.232	**16.302**
Aumento líquido/(redução) nos ativos e passivos:			
Ativo financeiro da concessão		83.512	23.574
Impostos a recuperar		2.311	1.251
Outros ativos		(743)	(1)
Fornecedores e outras contas a pagar		372	377
Obrigações sociais e trabalhistas		997	486
Impostos, taxas e contribuições		(7.794)	(3.980)
Caixa proveniente das operações		**89.887**	**38.009**
Juros pagos	9 (c)	(4.669)	(4.886)
Imposto pagos (IR e CSLL)		(9.435)	(9.846)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**75.783**	**23.277**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos:			
Aquisições de imobilizado		(188)	(45)
Fundo restrito	6	(90)	(92)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(278)**	**(137)**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos:			
Dividendos		(55.667)	(25.149)
Amortização do arrendamento		(35)	(422)
Amortização do financiamento	9 (c)	(11.097)	(10.484)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(66.799)**	**(36.055)**
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**8.706**	**(12.915)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		7.623	20.538
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		16.329	7.623
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**8.706**	**(12.915)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional - A SPE Inova BH S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com Sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, constituída em 27 de junho de 2012. A Companhia tem como objeto social a exploração da concessão administrativa para realização das obras e serviços não pedagógicos de 51 unidades de ensino da rede municipal de educação básica do município de Belo Horizonte, durante o prazo de 20 anos estabelecido no Edital de Licitação da concorrência internacional nº 001/2012 e no instrumento firmado entre o município de Belo Horizonte por intermédio da Secretaria Municipal de Educação ("Poder Concedente") e a Companhia. A operação da concessão administrativa inclui serviços de portaria, utilidades, infraestrutura de rede e dados local, higiene e limpeza, lavanderia e rouparia, manutenção e conservação predial e de ativos, jardinagem, controle de pragas e demais serviços administrativos na forma regulada pelo contrato. No período findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças relevantes em relação às operações da Companhia quando comparadas ao exercício anterior. **2. Base de preparação - 2.1.Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) -** As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração da Companhia e aprovadas pela Diretoria em 15 de março de 2023. **2.2.Moeda funcional e moeda de apresentação -** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **. Nota Explicativa 07** - ativo financeiro da concessão: principais premissas em relação a atualização dos saldos. **2.4.Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em Nota Explicativa. **3. Principais práticas contábeis adotadas** - As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **3.2. Fundo restrito -** O fundo restrito representa contas garantidas para cobertura dos financiamentos contratados. Esta conta pode ser movimentada apenas de acordo com as determinações dos contratos de financiamento e demais acessórios. **3.3. Impostos a recuperar -** A Companhia reconheceu créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, referentes ao custo incorrido na fase de construção, e atualmente, reconhece na fase de operação. Referidos créditos são apurados e registrados no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços mencionados. **3.4. Ativo financeiro da concessão -** Refere-se à parcela dos direitos a faturar e faturado ao Poder Concedente decorrentes do contrato de Parceria Público-Privado firmado com a Prefeitura de Belo Horizonte, para a realização das obras de infraestrutura das EMEIs e EMEFs. O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e OCPC-05. O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como um Ativo Financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção. **3.5. Reconhecimento da receita -** A Companhia reconhece a receita à medida que satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo. A obrigação de desempenho é satisfeita e a receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços estão disponíveis ao Poder Concedente e são prestados pela Companhia. **(i) Receita de contraprestação mensal -** A receita de contraprestação mensal ("CPM") é reconhecida a partir do início da prestação dos serviços de apoio não pedagógicos, que compreendem serviços de portaria, utilidades, infraestrutura de rede e dados locais, higiene e limpeza, lavanderia e rouparia, manutenção e conservação predial e de ativos, jardinagem e controle de pragas e demais serviços administrativos na forma regulada pelo contrato. **3.6. Receitas e despesas financeiras -** As receitas financeiras compreendem juros e multas recebidas, descontos obtidos e outras receitas financeiras sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras compreendem juros e multas pagos sobre contas a pagar e empréstimos e outras despesas financeiras. Despesas e receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas pela Companhia. **3.7. Financiamentos -** Refere-se a valores captados junto a Instituições financeiras para viabilizar a construção das EMEIs e EMEFs. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva. **3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos -** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os Impostos sobre a Renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e os seus valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo, quando aplicável, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.9. Tributos sobre contraprestação -** Os tributos sobre a contraprestação contemplam Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e o Imposto Sobre Serviço ("ISS") às respectivas alíquotas de 1,65%, 7,6% e 5%. Tais tributos são calculados com base na receita de construção e sobre a atualização do ativo financeiro, sendo o reconhecimento mensal na demonstração do resultado do exercício e a amortização pelo pagamento às autoridades fiscais. **3.10. Benefícios a empregados - (i) Obrigações de aposentadoria -** A Companhia mantém convênio de adesão de um plano de contribuição definida com a Vexty, entidade fechada de previdência privada, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas às contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. A Companhia contribui com 30% a 50% do valor da contribuição feita pelos funcionários e reconhece esses gastos como despesa no resultado do exercício. Os pagamentos dos benefícios aos funcionários, quando aplicável, são realizados pela Vexty, portanto não há passivos reconhecidos pela Companhia. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação tampouco responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se apresentar. **(ii)Benefícios de curto prazo a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.11. Provisões -** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. **3.12.Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros -** Em relação ao impairment de ativos financeiros, a CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito. O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: > Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data-base; e > Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia. **(ii) Ativos não financeiros -** A Administração revisa anualmente o valor contábil dos seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável corresponde ao valor líquido de venda ou ao valor de uso, dos dois o maior. Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis de ativos possam ser superiores aos valores de recuperação. **3.13.Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos -** Reconhecimento e mensuração - Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i) Custo amortizado**; **(ii)Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii)Valor justo.** Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são classificados da seguinte forma: **Custo amortizado** - Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por impairment a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, fundo restrito e ativo financeiro, com as variações reconhecidas no resultado. **(ii)Passivos financeiros não derivativos – Mensuração -** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros da Companhia classificados ao custo amortizado incluem financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. **3.14.Arrendamento e direito de uso -** A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º janeiro de 2019. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A determinação do tempo de arrendamento é com base no prazo definido em contrato. O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. O passivo de arrendamento é apresentado em rubrica independente no balanço patrimonial. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. A Companhia apresenta ativos de direito de uso em uma rubrica independente no balanço patrimonial. **3.15.Novas normas e interpretações de normas ainda não adotadas -** Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (IFRS 16/CPC 06 (R2): A partir de junho de 2020, e depois a partir de março de 2021, a IFRS 16/CPC 06-R2 foi alterada para incluir um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: 1. A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; 2. Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022; 3. Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. A Empresa optou por não utilizar o expediente prático advindo da revisão do pronunciamento técnico por entender que não houve efeitos materiais em suas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **4. Instrumentos financeiros por categoria - a. Gestão de risco financeiro -** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro da concessão, fundo restrito, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **(i) Risco de liquidez -** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **(ii) Risco com taxa de juros -** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. **(iii) Risco de crédito -** O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **b. Gestão de capital -** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de capital próprio ("ICP") e no índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"), calculados e apresentados anualmente. O ICP é apurado por meio da divisão do total de aporte de recursos dos acionistas controladores na Companhia e a soma entre os recursos aportados e o saldo de financiamentos. O ICSD é composto pela geração operacional de caixa dividido pelo serviço da dívida, sendo a geração operacional de caixa, o fluxo de caixa operacional deduzido dos impostos sobre o lucro e, o serviço da dívida, a amortização do principal somados aos pagamentos de juros. Os índices mencionados podem ser assim sumariados:

ICP	2022	2021
Capital social integralizado	35.691	35.691
(-) Reserva de lucros integralizada	(5.916)	(5.916)
Aporte total de recursos dos acionistas	**29.775**	**29.775**
Aporte de recursos dos acionistas + financiamentos	72.710	83.941
ICP	41,0%	35,5%
ICSD	**2022**	**2021**
(+) Caixa proveniente das operações	89.887	38.009
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.435)	(9.846)
	80.452	**28.163**
Serviço da dívida	15.766	15.269
ICSD	5,1	1,8

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	2.930	1.931
Aplicações financeiras (i)	13.399	5.692
	16.329	**7.623**

(i) Referem-se a fundos de investimentos em renda fixa, que buscam remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), com liquidez imediata em dezembro de 2022 e dezembro de 2021. **6. Fundo restrito -** Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 5.315 (31 de dezembro de 2021 - R$ 5.225) busca remuneração à taxa de 100% do CDI (2021 - 100% do CDI). O saldo é mantido conforme previsto nos contratos firmados entre a Companhia e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais ("BDMG"). **7. Ativo financeiro da concessão -** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante a receber de R$ 6.387 (31 de dezembro de 2021 – R$ 6.477) referente aos serviços prestados para a operação da Concessão. O saldo remanescente de R$ 150.007 (31 de dezembro de 2021 – R$ 209.101), será amortizado pelo recebimento das contraprestações mensais, que deverá ocorrer ao longo da Concessão. O saldo do ativo financeiro da concessão compreende as parcelas citadas a seguir:

	2022	2021
Direitos a faturar (i)	150.007	209.101
Faturas emitidas ao poder concedente - Contraprestação mensal (ii)	6.386	6.477
	156.393	**215.578**
Ativo circulante	30.994	30.985
Ativo não circulante	125.399	184.593

(i) Compreende a receita de infraestrutura calculada com base no custo de construção total incorrido, acrescido de margem de construção, corrigido pela taxa de atualização do ativo financeiro; (ii) Refere-se ao saldo a receber das notas fiscais emitidas para o Poder Concedente em virtude dos serviços prestados. **a. Prazo de recebimento -** O montante não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2022	2021
2023	25.860	25.390
2024	27.176	26.251
2025	28.560	27.129
2026 até 2033	43.803	105.823
	125.399	**184.593**

b. Movimentação ativo financeiro da concessão

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	209.101	215.903
Atualização do ativo financeiro	24.328	17.053
Recebimento investimento na infraestrutura	(83.422)	(23.855)
Saldo em 31 de dezembro	**150.007**	**209.101**

8. Impostos a recuperar

	2022	2021
IR/CS a recuperar	-	349
PIS/COFINS a recuperar	15.563	16.990
Outros impostos a recuperar	778	1.313
	16.341	**18.652**
Ativo circulante	2.193	3.078
Ativo não circulante	14.148	15.574

Os impostos a recuperar serão realizados até o fim da concessão. São recuperados à medida em que a Companhia realiza o ativo financeiro da concessão.

9. Financiamentos - a. Composição:

Moeda nacional	2022	2021
BDMG – FINEM*	42.935	54.166
	42.935	**54.166**
Passivo circulante	13.925	13.265
Passivo não circulante	29.010	40.901

(*) Taxa de Juros: 3,00% ao ano + TJLP.

b. Prazo de vencimento - O montante não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2022	2021
2023	-	13.265
2024	13.925	13.265
2025	13.925	13.265
2026	1.160	1.106
	29.010	**40.901**

c. Movimentação

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	54.166	65.119
Juros provisionados	4.535	4.417
Juros pagos	(4.669)	(4.886)
Amortização principal	(11.097)	(10.484)
Saldo em 31 de dezembro	**42.935**	**54.166**

d. Garantias - Para garantir o cumprimento da obrigação contraída no BDMG, a Companhia, além de dar em penhor 100% das ações de sua emissão, cedeu os direitos emergentes da Concessão, dada a estrutura de Project Finance, e transferiu fiduciariamente em garantia os seguintes itens: > Direitos creditórios da caução em dinheiro, no valor de R$ 50.000, constituída pelo Poder Concedente e atualmente mantida com Caixa Econômica Federal S.A.; e > Penhor do valor de R$ 50.000 constituído pela PBH Ativos S.A. ("PBH"), que tem por objeto parcela dos créditos detidos pela PBH em face da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, créditos esses que deverão ser depositados mensalmente na conta vinculada de titularidade da PBH Ativos S.A., atualmente mantida com a Caixa Econômica Federal. Não houve alterações nas garantias com relação às apresentadas no relatório anual de 2021. **e. Cláusulas restritivas ("*covenants*") -** De acordo com o contrato de financiamento de longo prazo (FINEM), a Companhia deverá comprovar anualmente, a manutenção dos Índices de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), em montante igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) e do Índice de Capital Próprio ("ICP"), em montante não inferior a 20% (vinte por cento). Tanto o ICP quanto o ICSD fazem parte da estrutura de gestão de capital da Companhia e cálculo, metodologia e comparações desses indicadores são demonstrados na nota referente a gestão de capital, item 4(b). **10. Fornecedores e outras contas a pagar -** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de fornecedores e outras contas a pagar no montante de R$ 1.768 (31 de dezembro de 2021 - R$ 1.397) é representado, substancialmente, pela contratação de prestadores de serviços e pelas compras de estoques de materiais para a execução dos serviços de operação nas escolas, sendo apenas fornecedores nacionais. **11. Impostos, taxas e contribuições:**

	2022	2021
PIS	2.950	2.223
COFINS	13.590	10.238
Tributos retidos de terceiros	130	116
	16.670	**12.577**
Passivo circulante	613	598
Passivo não circulante	16.057	11.979

12. Tributos diferidos e tributos sobre a contraprestação - a. Tributos sobre a contraprestação:

	2022	2021
ISS	7.500	10.455
PIS	2.475	3.450
COFINS	11.401	15.892
	21.376	**29.797**

b. Composição dos tributos diferidos

	2022	2021
Passivo (ativo) fiscal diferido		
Adição do custo de construção (*)	(44.962)	(49.080)
Receita de construção e atual. do ativo financeiro (*)	103.176	107.174
Outras adições	(18.448)	(18.578)
	39.766	**39.516**
Ativo fiscal diferido - não circulante	(63.410)	(67.658)
Passivo fiscal diferido - não circulante	103.176	107.174
Passivo fiscal diferido líquido - não circulante	**39.766**	**39.516**

(*) Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente ou em quotas fixas ao longo do contrato de concessão.

c. Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e contribuição corrente e diferido

	2022	2021
Lucro antes dos tributos	27.481	26.018
Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) - 34%	(9.344)	(8.846)
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(74)	(98)
Incentivos fiscais	215	264
Encargo fiscal	(9.203)	(8.680)
Imposto de renda (IR) e cont. social (CS) - diferido	(250)	241
Imposto de renda (IR) e cont. social (CS) - corrente	(8.953)	(8.921)
	(9.203)	**(8.680)**
Alíquota efetiva	**33,5%**	**33,4%**

13. Transações entre partes relacionadas

	2022	2021
Despesas administrativas		
Transportes Pesados Minas S.A – TRANSPES	323	312
Total	**323**	**312**

A Companhia contribui com despesas de suporte em TI. Não há transações de compra, venda, mútuos ou outros gastos com empresas relacionadas. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração paga aos administradores da Companhia totalizou o montante de R$ 430 (R$ 668 em 31 de dezembro de 2021). **14. Contingências -** A Companhia é parte de processos judiciais os quais a Administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constitui provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O montante envolvido 31 de dezembro de 2022 totalizou R$ 2.662 (31 de dezembro de 2021 – R$ 2.842), onde R$ 1.158 representa processos de natureza trabalhista e R$ 1.504 de natureza civil. **15. Patrimônio líquido - a. Capital Social -** O Capital Social e a composição acionária da Companhia estão representadas conforme a seguir. Não houve alteração em relação ao relatório anual de 2021:

Acionistas	31 de dezembro 2022: Capital	Ações	Participação (%)
Transportes Pesados Minas S/A	35.691	29.775.000	100
	35.691	**29.775.000**	**100**

b. Reservas de lucro - (i) Reserva legal - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital exceda 30% do Capital Social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o saldo de R$7.137 (31 de dezembro de 2021 – R$6.815). **(ii) Reserva especial -** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o saldo de R$ 36 (31 de dezembro de 2021 - R$36). **(iii) Reserva de lucros a realizar -** Essa reserva foi constituída com base em lucros não realizados de períodos anteriores, principalmente durante a fase de construção, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1o do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, cuja realização futura se dará nos termos da legislação pertinente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta o saldo de R$21.762 (31 de dezembro de 2021 - R$59.844/Ajustado).

16. Receitas líquidas

	2022	2021
Receita de contraprestação mensal	52.624	53.597
Atualização do ativo financeiro	24.328	17.053
Impostos e deduções sobre receitas	(10.970)	(10.054)
	65.982	**60.596**

17. Custos dos serviços prestados

	2022	2021
Mão de obra	(14.824)	(12.735)
Materiais aplicados	(3.741)	(2.748)
Vigilância	(5.651)	(5.131)
Seguros e locações em geral	(877)	(609)
Serviços de terceiros	(823)	(548)
	(25.916)	**(21.771)**

18. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Despesas com pessoal	(6.620)	(5.504)
Serviços de terceiros	(2.057)	(1.466)
Despesas administrativas	(685)	(451)
Aluguéis e locações em geral	(407)	(131)
Despesa escritório	(443)	(230)
Seguros	-	(13)
Depreciação arrendamento	(33)	(432)
Depreciação imobilizado	(45)	(40)
Outros	(217)	(264)
	(10.507)	**(8.531)**

19. Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	3.634	345
Outras receitas	-	39
	3.634	**384**
Despesas financeiras		
Juros e encargos sobre empréstimos	(4.535)	(4.416)
Juros e multa por atraso	(50)	(213)
Juros sobre arrendamentos	-	(19)
Outras despesas financeiras	(241)	(35)
	(4.826)	**(4.683)**
Resultado financeiro líquido	**(1.192)**	**(4.299)**

20. Lucro básico por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante os períodos findos em 31 de dezembro:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	18.278	17.338
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	29.775	29.775
Lucro básico por ação - em reais	**0,61**	**0,58**

21. Seguros - Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais e danos materiais na infraestrutura, incluindo, alagamentos, danos elétricos, demolições, desmoronamentos, reparos e reformas, entre outros, é de R$ 461.451. A cobertura para responsabilidade civil, contra danos corporais e/ou materiais causados por terceiros, danos morais empregador, operações e lucros cessantes corresponde ao valor de R$ 30.000. Para o Performance Bond, o valor é de R$ 40.706 contra o risco de descumprimento das cláusulas contratuais do contrato de concessão, incluindo a não entrega da infraestrutura e prestação de serviços de apoio. **22. Eventos subsequentes -** Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus Assessores Jurídicos Internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus Assessores Jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022. Não ocorreram outros eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
SPE Inova BH S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da SPE Inova BH S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Inova BH S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: > Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; > Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; > Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; > Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; > Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de março de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MG 009485/F-0

BDO

Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/O-3

OM OITY PARTICIPAÇÕES LTDA

Ata de reunião para Redução do Capital Social

Aos 11 de abril de 2023, reuniram-se MARIA CELITA ALVES DO AMARAL RG2.088.153 SSP/MG CPF 600.147.336-68, TÂNIA ELIZABETH ALVES DO AMARAL RG831.287 SSP/MG CPF 297.722.816-00, GIOVANNI CÁSSIO AMARAL ALVES RG1.451.116 SSP/MG CPF 328.035.596-68, CHÊNIA AMARAL ALVES RG5.821.720 SSP/MG CPF 796.518.956-91, WINDERSON DARCÍLIO AMARAL ALVES RG2.397.647 SSP/MG, CPF 541.837.076-68 e RÔNIA ALVES DO AMARAL RG2.208.031 SSP/MG CPF600.146.876-15, únicos sócios da sociedade OM OITY PARTICIPAÇÕES LTDA, sediada a Rua Santa Cruz, 558, bairro Centro, Betim, Minas Gerais, Brasil, CEP 32600-232, CNPJ 47.675.841/0001-62, registrada na JUCEMG NIRE31213386653 em 20/08/2022, resolvem, em razão de erro formal na indicação dos valores atribuídos aos imóveis integralizados na sociedade, reduzir o capital social de R$ 4.962.086,00 (quatro milhões, novecentos e sessenta e dois mil e oitenta e seis reais), para R$630.210,00 (seiscentos e trinta mil, duzentos e dez mil reais).

Betim, 12 de abril de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

RESULTADO DO PREGÃO 335/2022

A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público que o resultado após retorno da fase de julgamento (5ª sessão) – na íntegra – do Pregão Eletrônico nº 335/2022 – Processo Licitatório 238/2022, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e incerta de material de limpeza para uso nas atividades das unidades escolares municipais, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR ITEM, encontra-se disponível nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**. e **www.comprasgovernamentais.gov.br**. Itaúna, 12 de abril de 2023. Jackson Flávio Corrêa, Pregoeiro Oficial.

CIA. ITABIRITO INDUSTRIAL, FIAÇÃO E TECELAGEM DE ALGODÃO

CNPJ/MF: 21.000.344/0001-70

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 10 horas e 30 minutos do dia 25 de abril de 2023, em seu endereço social na Avenida dos Inconfidentes, nº: 636, Bairro Santa Efigênia, Itabirito, Minas Gerais, a fim de deliberarem ordinariamente: a) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022; b) Deliberar sobre a destinação do resultado líquido do exercício; c) Eleição da Diretoria para o triênio 2023, 2024 e 2025, com mandato até 30/04/2026 e fixação da remuneração da diretoria e, d) Outros assuntos de interesse da companhia; Itabirito, 11 de abril 2023. A Diretoria.

Edital Comarca de Iturama-MG - 1ª Vara Edital com prazo de 30 dias - Saibam todos quantos o presente edital de citação virem que perante o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Iturama, tramita uma Ação de Execução Cumprimento de Sentença, autuada sob o nº 0365731-24.2007.8.13.0344, requerida por Iescandinavia Veiculos Ltda em desfavor de Marlene Rosa Da Silva. Fica o Executado, para no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o débito no valor de R$ R$ 30.378,25 (trinta mil reais trezentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos), sob pena de, não o fazendo, tal valor ser acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como ser penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da divida. Para conhecimento de todos, especialmente do interessado publica-se o presente no "Diário do Judiciário". Praça Prefeito Antônio F. Barbosa, 1277, Fórum Paulo Emílio Fontoura, Centro, ITURAMA - MG - CEP: 38280-000 K-13/04

TANGARÁ IMPORTADORA E EXPORTADORA S.A.

CNPJ/ME Nº 39.787.056/0001-73 - NIRE Nº 31300135403

CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os acionistas da Tangará Importadora e Exportadora S.A. (Companhia), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 20/04/2023, às 10:00h, em sua sede social na Avenida Raja Gabáglia, nº 1060, bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** eleição dos membros do Conselho de Administração; **(ii)** eleição dos membros da Diretoria. Belo Horizonte, 11 de abril de 2023. Salomão Teixeira de Souza Filho – Presidente do Conselho de Administração.

Gustavo Costa A. Oliveira, Leiloeiro MAT. JUCEMG nº 507, realizará o leilão online, por meio do Portal: www.gpleiloes.com.br. Abertura: 05/04/23. Encerramento: 25/04/23 a partir das 10 hs. Bens: Acessórios de caminhonete. Comitente: **Setloc S/A**. Informações sobre visitação e edital completo pelo site ou tel. (31) 3241-4164.

BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**

A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia **13/04/2023**

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicidade Legal** no portal do **Jornal Diário do Comércio.** Acesse também através do link:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/13-04-2023-p3